# PROJETO DE LEI Nº 041/2019

Dispõe sobre a disponibilização de brinquedos adaptados para crianças com deficiência em locais públicos e privados .

**Art.1°** Os playgrounds infantis instalados em estabelecimentos de ensino, parques, clubes, áreas de lazer, públicos ou privados, no Município de Bertioga, deverão disponibilizar brinquedos adequados ao uso de crianças com deficiência.

**§ 1°** Os brinquedos de que trata o caput deste artigo deverão ser adequados às necessidades de crianças com deficiência e instalados por pessoal devidamente capacitado, que deverá seguir as normas de segurança da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT: .

**§ 2°** Para fins de cumprimento desta Lei, os playgrounds deverão seguir a seguinte proporção:

**I** – playgrounds com até 5 (cinco) brinquedos: devem disponibilizar ao menos 1 (um) brinquedo adaptado para crianças com deficiência ;

**II** – playgrounds com 6 (seis) a 10 (dez) brinquedos: devem disponibilizar ao menos 2 (dois) brinquedos adaptados para crianças com deficiência;

**III** – playgrounds com mais de 10 (dez) brinquedos :devem disponibilizar ao menos 20% ( vinte por cento )de brinquedos adaptados para crianças com deficiência.

**§ 3°** A disponibilização de brinquedos adaptados nos parques e áreas públicas de lazer será feita de forma gradativa, na medida da disponibilidade financeira do Poder Executivo.

**§ 4°** As áreas privadas de lazer terão o prazo de 2 (dois) anos, contados da publicação desta Lei, para se adequarem às disposições aqui previstas.

**Art. 2°** Nos locais a que se refere o art. 1° desta Lei deverão ser afixadas placas com a seguinte informação:

"Entretenimento infantil adaptado para integração de crianças com e sem deficiência."

**Art. 3°** para os efeitos desta Lei, ficam estabelecidas os seguintes conceitos básicos:

I – deficiência física: alteração completa ou parcial de um ou mais segmentos do corpo humano, acarretando o comprometimento da função física , apresentando-se sob a forma de paraplegia, paraparesia, monoplegia, monoparesia, tetraplegia, tetraparesia, triplegia, triparesia, hemiplegia, hemiparesia, ostomia, amputação ou ausência de membro, paralisia cerebral, membros com deformidade congênita ou

adquirida, exceto as deformidades estéticas e as que não produzam dificuldades para o desempenho de funções;

**II** – deficiência auditiva: perda bilateral, parcial ou total, de 41 DB (quarenta e um decibés) ou mais , aferida por audiograma nas frequências de 500HZ, 1.000HZ, 2.000HZ e 3.000HZ;

**III** – deficiência visual: cegueira , na qual a acuidade visual é igual ou menor que 0,05 no melhor olho, com a melhor correção óptica; a baixa visão, que significa acuidade visual entre 0,03 e 0,05 no melhor olho, com a melhor correção óptica; os casos nos quais a somatória da medida do campo visual em ambos os olhos for igual ou menor que 60°; ou a ocorrência simultânea de quaisquer das condições anteriores;

**IV** – deficiência mental: funcionamento intelectual significativamente inferior à média, com manifestação antes dos dezoito anos e limitações associadas a duas ou mais áreas de habilidades adaptativas, tais como: comunicação, cuidado pessoal, habilidades sociais, utilização dos recursos da comunidade, saúde, segurança, habilidades acadêmicas,lazer e trabalho.

**V** – deficiência múltipla: associação de duas ou mais deficiências.

**Art. 4°** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

# JUSTIFICATIVA

Estudos apontam que o ato de brincar traz diversos benefícios para as crianças, dentre eles permite o autoconhecimento, estimula as competências, gera resiliência, melhora a atenção e concentração, melhora a expressividade, incita à criatividade, desenvolve laços afetivos, aprende a viver em sociedade, melhora a saúde e muitos outros benefícios.

Por isso dar o direito de brincar é fundamental no desenvolvimento de uma criança. O ato de brincar é um direito garantido pelo Estatuto da Criança e do Adolescente em seu art. 16, que estabelece que a criança tem o direito de brincar, praticar esportes e diverti-se. Para que isso se torne eficaz é fundamental um ambiente adequado, onde se tenha segurança, proteção e acessibilidade.

Ainda, o lazer em si é direito social elencado no art.6° da Constituição Federal, sendo certo que, no tocante às crianças com deficiência, torna-se ainda mais importante a atenção quanto à garantia tanto desse direito quanto o de brincar e desenvolver-se, uma vez que precisam de maior cuidado quanto à adaptação de um ambiente em que possam usufruir deste espaço da mesma forma que outra criança sem deficiência o faz. Garante-se, assim, também a igualdade.

Em relação à igualdade, a Constituição Federal, em seu art. 5°, caput, trata da isonomia, e determina que perante a Lei somos todos iguais. Dar o direito de uma criança com deficiência de brincar em um ambiente onde outras crianças sem deficiência também brincam é tratá-la de modo isonômico, garantindo a elas a efetivação dos preceitos de justiça social da Constituição, bem como dos valores básicos da igualdade de tratamento e oportunidade, além de considerar o respeito à dignidade da pessoa humana, ao bem-estar, e de outros direitos indicados na Constituição ou justificados pelos princípios gerais de direito, tal qual como indicado no § 1° da Lei Federal n° 7.853/89.

O atr. 2° do Decreto Federal n° 3.298/99 diz que cabe aos órgãos e às entidades do Poder Público assegurar à pessoa com deficiência o pleno exercício de seus direitos básicos e entre eles está o lazer, como apontado acima também. Ainda no mesmo Decreto, art. 6°, que trata das diretrizes da Política Nacional para a integração da Pessoa Portadora de Deficiência, seu inciso III prevê a inclusão da pessoa com deficiência, respeitadas as suas particularidades, em diversas iniciativas governamentais, incluindo-se o lazer.

Ainda, a Norma Brasileira que trata da acessibilidade, NBR 9050/2004, define que um espaço só é considerado acessível quando pode ser utilizado por todas as pessoas, independentemente de suas limitações.

Folhas 07
Proc. 319/19

Como se sente uma criança com deficiência ao perceber que não pode brincar com outras crianças, pois aquele meio não lhe dá a estrutura necessária?.Como se sentem os pais que têm seus filhos com deficiência e percebem que a sua cidade não proporciona ao seu filho um local que ele possa brincar e interagir com outras crianças?. Não é admissível tirar esse direito das crianças.

Por isso, considerando todos os apontamentos , trata-se de um projeto de suma importância, uma vez que preconiza a disponibilização de um local acessível para que crianças com deficiência possam brincar e interagir com outras que não possuem a deficiência, assegurando, ainda, os preceitos relativos à plena integração da pessoa com deficiência no contexto socioeconômico e culturais, bem como às disposições constitucionais.

**VALÉRIA BENTO**

CÂMARA MUNICIPAL DE BERTIOGA

Protocolo 711
Data 26/06/2019
Hora 09:30
Funcionário

Câmara Municipal de Bertioga

Estado de São Paulo

Câmara Balneária

Protocolo: _____
Data: Hora: _____
Ofício: _____
Aprovado na 19ª SO, realizada em 25 JUN 2019 sem adendo
_____
Presidente
LUIS HENRIQUE CAPELLINI
Presidente da Câmara

**INDICAÇÃO Nº 205 / 2019**

**Assunto:** Parque Acessível.
**Ref:** MDCR-22/2019

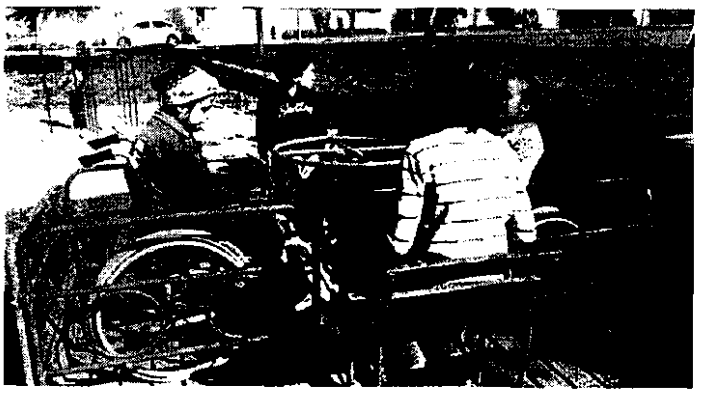
Bertioga, 25 de Junho de 2019.

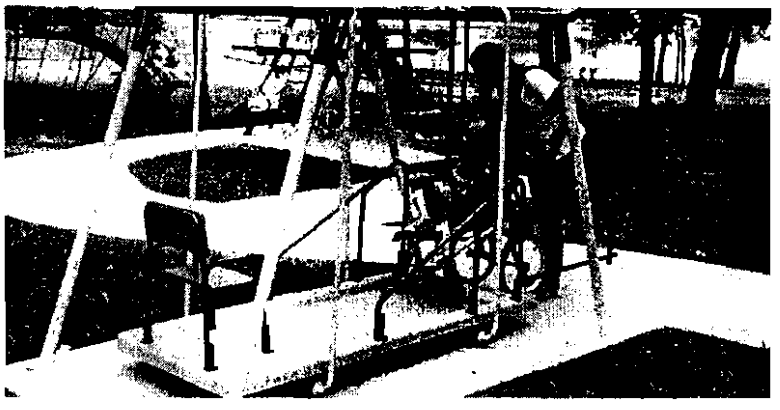
Excelentíssimo Sr. Presidente,
Nobres Vereadores:

**Matheus Del Corso Rodrigues,** no uso de suas atribuições regimentais, vem perante Vossa Excelência, ouvido o Douto Plenário, fazer a seguinte Indicação:

O Parque Acessível tem no seu propósito disponibilizar um espaço estruturado para oferecer alegria, integração, motivação para TODOS, uma vez que deverá ser composto com vários recursos lúdicos, proporcionando para as crianças com deficiência ou não, um momento de troca, compartilhando as mesmas experiências.

Desta forma as crianças com mobilidade reduzida, alterações sensoriais, alterações intelectuais, terão oportunidade de brincar de forma segura ampliando as experiências motoras, cognitivas e sensoriais, gerando sensações prazerosas, as quais favorecem a melhora da autoestima e da inclusão social, trilhando um caminho a favor de uma sociedade sem preconceito.







Sendo a inclusão de pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida um desafio nas esferas públicas, é de extrema importância que eles sejam incluídos em todos os locais públicos ou privados de uso coletivo.

Diante da importância destes serviços de atendimento, venho fazer a presente INDICAÇÃO - que sejam providenciados estudos para a criação deste equipamento para promover alegria e principalmente a inclusão dessas crianças.

Consulto o Douto Plenário, no tocante à permissão de envio de ofício ao Executivo Municipal, à APAE, ao NACE e as Secretarias de Desenvolvimento Social Trabalho e Renda e a Secretaria de Saúde e a Diretoria de acessibilidade e inclusão dando conta ao mesmo do teor desta solicitação.

Observados os preceitos regimentais, esta é a Indicação que vai devidamente subscrita.

MATHEUS
VEREADOR

EDUARDO PEREIRA DE ABREU
Vice Presidente

MAGNO ROBERTO SILVA
Vereador

Valéria Bento
Vereadora

Taciano Goulart Cerqueira Leite
1º Secretário

ARNALDO DE OLIVEIRA JÚNIOR
2º Secretário

LUÍS HENRIQUE CAPELLINI
Presidente da Câmara

Silvio José Magalhães
Vereador